

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade)

Jay Belsky, PhD.

Birkbeck University of London, Reino Unido

Outubro 2005, Éd. rév.

Introdução

Embora poucos especialistas contemporâneos em desenvolvimento infantil considerem os dois primeiros anos de vida como um período “crítico”, durante o qual são determinados os rumos do desenvolvimento futuro, esse estágio de desenvolvimento ainda é visto por muitos como um período “sensível”, no qual se estabelecem as primeiras trajetórias. Uma vez que trajetórias de desenvolvimento podem ser autoconsolidadoras (se não imunes a mudanças), as experiências que modelam o desenvolvimento inicial têm ramificações importantes, tanto para a ciência como para as políticas sociais. Em especial, as primeiras experiências de criação, entre as quais as experiências de cuidados não maternos, são consideradas por muitos como tendo um papel importante na modelagem das trajetórias iniciais de desenvolvimento.¹

Do que se trata

Nos últimos 25 anos, os Estados Unidos vivenciaram mudanças importantes nos arranjos de criação de crianças pequenas. Essa transformação decorre, em parte, de mudanças no papel desempenhado pela mulher na sociedade – especialmente mudanças no emprego da mãe em um estágio inicial da vida de seus filhos. Atualmente, a maioria das mulheres norte-americanas que volta ao trabalho depois de ter um filho o faz antes do primeiro aniversário da criança. Dados recentes (de 1998-1999) indicam que 58% das mulheres com filhos menores de um ano estão na força de trabalho.² As taxas comparáveis em 1970 e 1985 eram de 27% e 46%, respectivamente.³ Em consequência disso, cuidados não maternos iniciados no primeiro ano de vida tornaram-se praticamente a norma para muitas crianças e suas famílias.

Contexto de pesquisa

Tem havido muito debate em torno daquela que pode ser considerada a questão central de desenvolvimento na era moderna: de que forma a experiência de cuidados não maternos em fase inicial da vida afeta o desenvolvimento da criança? Têm sido propostos diversos pontos de vista, com graus variáveis de sustentação empírica.^{4,5} Um deles sugere que, uma vez que o desenvolvimento é modelado em grande parte pelos genes, e não pela experiência, os efeitos de cuidados não maternos, bem como os efeitos de cuidados maternos, serão muito limitados, desde que seja disponibilizado um limiar básico de cuidados “suficientemente bons”.^{6,7} Outros pesquisadores argumentam que, quando passam muito tempo em situações de cuidados não maternos nos primeiros anos de vida, as crianças tenderão a desenvolver apegos inseguros com os pais e a manifestar níveis aumentados, ainda que não clínicos, de problemas comportamentais de externalização (por exemplo, agressividade ou desobediência).⁸⁻¹⁰ Outros ainda alegam que não é a quantidade de cuidados não parentais rotineiros que afeta o desenvolvimento, e sim sua qualidade – isto é, até que ponto os provedores de cuidados não maternos oferecem atenção, afeto e estimulação.¹¹⁻¹³

Desafios

Não tem sido fácil diferenciar essas perspectivas alternativas por diversas razões, a maioria das quais se relaciona com as limitações da literatura de pesquisa disponível. Para responder às perguntas referentes a efeitos da experiência inicial, as crianças teriam que ser distribuídas aleatoriamente em diferentes condições de criação. Mas a implementação dessa estratégia é virtualmente impossível, uma vez que muito poucos pais concordariam, em nome da ciência, em deixar seus filhos com um cuidador pouco habilitado durante 40 horas por semana desde uma

fase inicial do primeiro ano de vida. A alternativa tem sido estudar variações naturais nas experiências de cuidados e determinar de que forma essas experiências se relacionam com diferenças individuais no funcionamento das crianças. Uma vez que crianças que recebem graus diversos de cuidados não maternos, graus diversos de qualidade dos cuidados ou tipos diferentes de cuidado provêm, frequentemente, de famílias que têm características diferentes, os pesquisadores precisam tentar controlar esses tipos de diferenças pré-existentes antes que possam fazer inferências a respeito dos efeitos de cuidados não parentais. Esses controles nem sempre foram aplicados, ou foram considerados apenas até certo ponto. Além disso, poucos estudos examinaram simultaneamente as múltiplas características dos cuidados não parentais, uma vez que a maioria deles focaliza a qualidade ou tipo de cuidado, desconsiderando questões como a quantidade de cuidados ou a idade em que foram iniciados.¹⁰

Resultados de pesquisas recentes

Diante desses desafios e das limitações das pesquisas anteriores, no início da década de 1990 o governo norte-americano iniciou o maior e mais extenso estudo sobre os efeitos dos cuidados não materno já realizado, intitulado *NICHD Study of Early Child Care* (Estudo sobre Cuidados na Primeira Infância, do Instituto Nacional de Saúde Infantil e Desenvolvimento Humano – NICHD). Famílias de mais de 1.300 crianças (com menos de um mês de idade) provenientes de dez localidades diferentes (embora não representativas da população norte-americana) foram recrutadas para um estudo intensivo sobre experiências de cuidados não maternos. Foram realizadas avaliações extensivas de características familiares, de tal forma que os fatores relativos à família que poderiam criar diferenças entre as crianças pudessem ser controlados estatisticamente antes da análise dos efeitos dos cuidados não parentais. Foram realizadas também avaliações observacionais repetidas e extensivas sobre a qualidade dos cuidados não parentais aos 6, 15, 24, 36 e 54 meses de vida das crianças, *juntamente com* avaliações sobre o desenvolvimento socioemocional e cognitivo nessas idades e nos anos de escola primária. Além disso, foram medidos repetidamente a quantidade de tempo que as crianças ficavam sob cuidados não parentais e o tipo de cuidados vivenciados. Esse formato de pesquisa possibilitou que o estudo do NICHD fosse além dos debates simplistas sobre se cuidados não maternos precoces fazem bem ou mal à criança, de forma a elucidar as condições nas quais os cuidados melhoravam ou prejudicavam os vários aspectos do desenvolvimento.¹⁴

Até agora os resultados revelam

1. que as crianças tendem um pouco mais a desenvolver apego inseguro com suas mães aos 15 meses de idade quando vivenciaram mais de dez horas semanais de cuidados não maternos no primeiro ano de vida, ou mais de uma condição de cuidados ao longo do primeiro ano, ou cuidados de baixa qualidade juntamente com cuidados maternos pouco sensíveis;¹⁵ no entanto, quando o apego é avaliado novamente aos 36 meses, somente a quantidade de tempo de cuidados não maternos até os 3 anos de idade (isto é, acima de 10 horas) continuou a prever taxas elevadas de apego inseguro (quando coincidia com baixos níveis de sensibilidade materna);¹⁶
2. que os padrões de interação mãe-criança entre 6 e 36 meses de idade são um pouco menos harmoniosos quando as crianças passam a maior parte do tempo sob qualquer tipo de cuidado não materno (independentemente de sua qualidade); e que o mesmo ocorre, embora em menor grau, quando os cuidados oferecidos à criança são de qualidade mais baixa do que os cuidados maternos;¹⁶ quando a interação mãe-criança é acompanhada até o primeiro ano da escola, a maior quantidade de tempo sob cuidados não maternos nos primeiros 54 meses de vida continua a ser preditiva de padrões um pouco menos harmoniosos de interação mãe-criança em famílias brancas, e um pouco mais harmoniosos entre famílias negras;¹⁷
3. que as crianças apresentam níveis mais altos de problemas de externalização (segundo relatos de cuidadores, mães e/ou professores) quando passam mais tempo sob cuidados não maternos na faixa etária de 2 anos a 4 anos e meio, independentemente da qualidade dos cuidados, e que isso ocorre quando a mensuração de problemas comportamentais é feita aos 2 anos de idade, aos 54 meses de idade, na pré-escola e no primeiro ano do ensino fundamental;^{18,19} no entanto, esse efeito deixa de ser aparente quando as crianças chegam ao terceiro ano, por volta dos 8 anos de idade – embora, a essa altura, a maior quantidade de tempo sob cuidados não maternos nos primeiros 54 meses de vida seja preditiva de menos competência social e de hábitos mais deficientes de trabalho acadêmico, segundo relatos de professores;²⁰
4. que crianças que passam mais tempo em creches também manifestam níveis mais altos de problemas comportamentais, mesmo quando considerado o tempo passado sob qualquer tipo de cuidado não parental, e isso ocorre até a terceira série do ensino fundamental.^{19,20}

5. que crianças que vivenciam cuidados não parentais de melhor qualidade apresentam níveis um pouco mais altos de funcionamento cognitivo-linguístico aos 2, 3, 4 e 5 anos de idade.^{20,24}

Conclusões

Sob certos aspectos, todas as perspectivas aparentemente concorrentes destacadas acima a respeito dos efeitos de cuidados não parentais recebem apoio no estudo no NICHD e em pesquisas relacionadas.^{1,5,10} Em primeiro lugar, a colocação de crianças em uma condição média de cuidados não maternos durante muitas horas, efetivamente, parece estar associada a algum risco (modesto) para o desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à relação mãe-criança (até o primeiro ano do ensino fundamental, para crianças brancas), a problemas de comportamento (até o primeiro ano), e à competência social e hábitos de trabalho acadêmico (no terceiro ano); e esses resultados não são simples subprodutos de cuidados parentais de má qualidade. Em segundo lugar, confirmando mais de duas décadas de pesquisa, o desenvolvimento cognitivo-linguístico parece ser (em certa medida) favorecido por cuidados não parentais de alta qualidade. Mas, em terceiro lugar, em nenhum caso esses efeitos dos cuidados não parentais, ou os efeitos relacionados ao tipo de cuidado (isto é, o cuidado em creches associado a maior competência cognitivo-linguística e *também* a mais problemas comportamentais) são particularmente significativos. Na verdade, os efeitos são frequentemente muito reduzidos em comparação com os efeitos de fatores e processos familiares (por exemplo, renda, sensibilidade materna, depressão materna, presença paterna).

Implicações para políticas e serviços

O fato de, aparentemente, um número crescente de crianças passar períodos de tempo cada vez mais longos e em idade cada vez mais baixa em arranjos de cuidados não parentais, cuja qualidade é frequentemente questionável, sugere que, mesmo quando de magnitude modesta, os efeitos relacionados à qualidade, quantidade e tipo de cuidado não devem ser menosprezados.²³

Afinal, efeitos pequenos – sejam eles positivos ou negativos – sobre muitas crianças podem ter consequências bem maiores para a sociedade do que efeitos significativos sobre poucas crianças.

²⁴ Isto posto, os efeitos modestos de cuidados não parentais detectados no estudo do NICHD e em outras pesquisas talvez não impliquem recomendações imediatas para uma família individualmente, ou para uma criança, diante da necessidade de decidir sobre a criação dos filhos e de cuidados na infância. No entanto, do ponto de vista de políticas públicas, os resultados do

estudo do NICHD, ao lado de outros estudos, fornecem elementos para que se recomende:

1. a extensão da duração de licenças maternidade/paternidade (preferivelmente remuneradas) até os padrões praticados em alguns países escandinavos;
2. que as políticas fiscais deem apoio a famílias que estão criando filhos pequenos, de forma a permitir que os pais tenham a liberdade de fazer os arranjos que considerem mais adequados para seus filhos, reduzindo assim a coerção econômica que força muitos pais a entregar, a contragosto, os cuidados de seus filhos a outras pessoas;
3. que, dados os benefícios evidentes de cuidados não parentais de boa qualidade, são necessários mais serviços desse tipo. Sem dúvida, todas essas recomendações já seriam justificáveis simplesmente com base em motivos humanitários.¹⁰

Referências

1. Schonkoff JP, Phillips DA, eds. *From neurons to neighbourhoods: The science of early childhood development*. Washington, DC: National Academy Press; 2000.
2. U.S. Census Bureau. Statistical abstract of the United States. Washington, DC: U.S. Government Printing Office; 1999. Available at: <http://www.census.gov/prod/www/statistical-abstract-us.html>. Accessed October 28, 2003.
3. Kamerman SB. Parental leave policies: An essential ingredient in early childhood education and care policies. *Social Policy Report* 2000;14(2):3-15.
4. Fox N, Fein GG, eds. *Infant day care: The current debate*. Norwood, NJ: Ablex; 1990.
5. Lamb ME. Nonparental child care: Context, quality, correlates, and consequences. In: Sigel IE, Renninger KA, eds. *Child Psychology in Practice*. New York, NY: J. Wiley; 1998:73-134. Damon W, ed-in-chief. *Handbook of Child Psychology*. 5th ed; vol 4.
6. Scarr S. American child care today. *American Psychologist* 1998;53(2):95-108.
7. Deater-Deckard K, Pinkerton R, Scarr S. Child care quality and children's behavioral adjustment: A four-year longitudinal study. *Journal of Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines* 1996;37(8):937-948.
8. Bates JE, Marvinney D, Kelly T, Dodge KA, Bennett DS, Pettit GS. Child care history and kindergarten adjustment. *Developmental Psychology* 1994;30(5):690-700.
9. Belsky J. The "effects" of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly* 1988;3(3):235-272.
10. Belsky J. Emanuel Miller Lecture: Developmental risks (still) associated with early child care. *Journal of Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines* 2001;42(7):845-859.
11. Burchinal MR, Roberts JE, Nabors LA, Bryant DM. Quality of center child care and infant cognitive and language development. *Child Development* 1996;67(2):606-620.
12. Howes C, Phillips DA, Whitebook M. Thresholds of quality: Implications for the social development of children in center-based child care. *Child Development* 1992;63(2):449-460.

13. Phillips D, McCartney K, Scarr S, Howes C. Selective review of infant day care research: A cause for concern. *Zero to Three* 1987;7(3):18-21.
14. NICHD Early Child Care Research Network. *Child care and child development: Results from the NICHD study of early child care and youth development*. New York, NY: Guildford Press; 2005.
15. NICHD Early Child Care Research Network. The effects of infant child care on infant-mother attachment security. *Child Development* 1997;68(5):860-879.
16. NICHD Early Child Care Research Network. Child-care and family predictors of preschool attachment and stability from infancy. *Developmental Psychology* 2001;37(6):847-862.
17. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and mother-child interaction from 36 months through first grade. *Infant Behavior and Development* 2003;26(3):345-370.
18. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and self-control, compliance and problem behavior at twenty-four and thirty-six months. *Child Development* 1998;69(4):1145-1170.
19. NICHD Early Child Care Research Network. Does amount of time spent in child care predict socioemotional adjustment during the transition to kindergarten? *Child Development* 2003;74(4):976-1005.
20. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and children's development in the primary grades: Follow-up results from the NICHD Study of Early Child Care. *American Educational Research Journal* 2005;43:537-570.
21. NICHD Early Child Care Research Network. The relation of child care to cognitive and language development. *Child Development* 2000;71(4):960-980.
22. NICHD Early Child Care Research Network. Child-care structure → process → outcome: Direct and indirect effects of child care quality on young children's development. *Psychological Science* 2002;13(3):199-206.
23. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and children's development prior to school entry: Results from the NICHD study of Early child care. *American Educational Research Journal* 2002;39(1):133-164.
24. NICHD Early Child Care Research Network. Does quality of child-care affect child outcomes at age 4 ½? *Developmental Psychology* 2003;39(3):451-469.

A elaboração deste documento foi apoiada por um acordo cooperativo com o Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano dos Estados Unidos da América (U.S. National Institute of Child Health and Human Development - U10-HD25420). O autor agradece a todos os pesquisadores que colaboraram para o NICHD Study of Early Child Care.